

Presidentes de bancos centrais debatem dívida

8 MAI 1984

JOHN ALIUS
Nosso correspondente

NOVA YORK — Os problemas das nações devedoras do Terceiro Mundo e as possíveis medidas dos credores para aliviar o peso do débito foram os temas da reunião de ontem dos bancos centrais, com a notada ausência brasileira.

A reunião foi realizada no Banco da Reserva Federal em Nova York, em meio a tantos segredos, que nem mesmo uma lista dos participantes chegou a ser divulgada. Soube-se, no entanto, que entre 15 e 20 chefes ou subchefes de bancos centrais tanto de países desenvolvidos como de países em desenvolvimento foram convidados à conferência, que teve início com um jantar na noite de domingo e que deverá terminar hoje. Também estão participando alguns dos principais executivos dos principais bancos privados com envolvimento nos países em desenvolvimento, e representantes do Fundo Monetário Internacional (seu diretor-gerente, Jacques de Larosière) e da diretoria da Reserva Federal dos Estados Unidos, inclusive o seu presidente, Paul A. Volcker.

Affonso Celso Pastore, o presidente do Banco Central brasileiro, foi convidado para a reunião, segundo um dos organizadores, mas no último instante decidiu, por motivos que não foram explicados, deixar de participar. Ele não enviou nenhum representante.

Apesar da Reserva Federal não ter emitido quaisquer relatórios a respeito das reuniões de ontem, informações que vazaram da sala de conferências indicaram que houve consideráveis debates a respeito de sugestões apresentadas pelos bancos centrais de alguns dos países devedores, de que deveria haver limites quanto à porcentagem dos juros cobrados pelos credores e que

os juros deveriam ser capitalizados — ou seja, incluídos nos pagamentos da parte principal, para ampliar o período de pagamento.

Volcker seria favorável a um limite ou teto das taxas de juros, mas ele encontra oposição não apenas por parte dos banqueiros privados, mas também de alguns bancos centrais dos países desenvolvidos e até mesmo de um ou dois dos países em desenvolvimento.

O principal motivo para a oposição às taxas de juros limitadas e à capitalização parece ser o fato de que tais atitudes interfeririam com a livre operação do mercado, e talvez removeriam o incentivo para que alguns dos países devedores se esforçassem para resolver as suas crises financeiras.

Segundo um dos participantes da conferência, observou-se que o México, que é um dos principais países devedores do mundo, se movimentou tão energeticamente em direção à resolução dos seus problemas fiscais, que já está conseguindo taxas de juros mais baixas segundo o sistema bancário existente de "livre empresa", do que as taxas conseguidas há um ano atrás, e que essas taxas serão ainda menores se o país necessitar de *mais dinheiro novo* em 1985.

O Brasil, observou-se, também está fazendo progressos, e se o país continuar assim, poderá usufruir da atual situação mexicana dentro de um ano, sem as medidas propostas por alguns dos bancos centrais.

William R. Rhodes, um dos principais vice-presidentes do Citibank, que é presidente de um comitê internacional de assessoria bancária para o Brasil, falou durante a reunião opondo-se aos limites obrigatórios às taxas de juros e a outras limitações artificiais. "O melhor caminho é o que estamos percorrendo", disse.